

HABEAS CORPUS Nº 492.501 - PR (2019/0037278-5)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : RONALDO CAMILO E OUTROS
ADVOGADOS : RONALDO CAMILO - PR026216
ELICHIELLI GABRIELLI PERILIS - PR034619
KELLY CRISTINE SOARES DE OLIVEIRA - PR088975
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : RONALDO ADRIANO CLEMENTE DE SOUZA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de RONALDO ADRIANO CLEMENTE DE SOUZA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná no HC n.º 0001314-96.2019.8.16.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante, em 02/01/2019, pela suposta prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006, porque encontrados consigo R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), em uma motoneta, e, em sua casa, mais "i) 17 unidades de cocaína, em embalagem de plástico, pesando aproximadamente 0,017kg; ii) embalagem de plástico contendo maconha, pesando aproximadamente 0,0001kg; iii) R\$ 18.750,00 (dezoito mil, setecentos e cinquenta reais) em espécie; iv) três cheques, com valor total de R\$ 7.950,00 (sete mil, novecentos e cinquenta reais)" (fls. 71-72). A prisão foi convertida em preventiva pelo Juízo de primeira instância.

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, conforme ementa abaixo transcrita (fl. 78):

"HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. DECISÃO JUDICIAL FUNDAMENTADA QUE AUTORIZA A MANUTENÇÃO DO PACIENTE NO CÁRCERE. MOTIVAÇÃO IDÔNEA E ESCORREITA. ELEMENTOS INDICIÁRIOS SÓLIDOS. APREENSÃO DE MACONHA E COCAÍNA, ALÉM DE SIGNIFICATIVA QUANTIDADE DE DINHEIRO TROCADO. CONCRETA PERICULOSIDADE SOCIAL DO PACIENTE DEMONSTRADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL INOCORRENTE. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA."

No presente *writ*, alegam os Impetrantes que não houve fundamentação idônea para o decreto de prisão, não estando presentes os requisitos autorizadores da custódia cautelar.

Requerem, liminarmente, seja permitido ao Paciente aguardar em liberdade o julgamento do *habeas corpus* e, no mérito, pleiteiam pela revogação da prisão preventiva, substituindo-se a prisão por medidas cautelares diversas.

É o relatório inicial.

Decido o pedido urgente.

Na hipótese dos autos, verifico, em juízo prelibatório, a existência de ilegalidade apta a ensejar o deferimento da liminar pretendida.

No caso, observe-se que o Juízo de primeiro grau, ao decretar a prisão preventiva do Paciente, apresentou as seguintes razões (fls. 72-75):

"No caso, a prova da materialidade está comprovada pelos Autos de Apreensão (seq. 1.9); pelos Autos de Constatação Provisória de Droga (seq. 1.11 e 1.12); pelo Boletim de Ocorrência nº 2019/6255 (seq. 1.8); e, pela prova testemunhal (seq. 1.3 e 1.4).

Os indícios de autoria também estão presentes.

Com efeito, os investigadores de polícia Nilson Lanconi e Helder Rafael Custodio relataram que estavam em diligências no centro da cidade de Umuarama e que avistaram um condutor de uma motoneta Honda Biz sem placas. Assim, realizaram a abordagem do condutor, encontrando uma quantia aproximada de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) no bagageiro. Ao ser questionado sobre a origem do dinheiro, Ronaldo não soube esclarecer, razão pela qual a equipe, acompanhada pelo condutor, realizou buscas na residência do mesmo, localizada na Rua Deusita Alves da Costa nº 2003 – Jd Azaléia.

No local, foram encontradas 17 (dezessete) embalagens de plástico contendo cocaína, R\$ 289,00 (duzentos e oitenta e nove reais) em diversas notas, uma porção de maconha acondicionada em plástico uma embalagem que consta no rótulo rapé (juriti), cujo interior uma substância marrom (idêntico ao pó de café); R\$ 18.750,00 em dinheiro; e os cheques: Banco 104 – Ag 1827 (Caixa Econômica Federal) no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) - emitente: Simone Ap^a da Silva, Banco 756 (Sicoob) no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) - emitente: Francisco Regino dos Santos, Banco 341 ag Umuarama no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais) - emitente: Thiago Mendes V da Silva.

O autuado Ronaldo Adriano Clemente de Souza informou que as substâncias entorpecentes eram de propriedade de um amigo que estaria na praia e pediu para ele guardar, narrando que ganhou duas 'buchinhas' de cocaína como forma de pagamento. Alegou, ainda, que os cheques e o dinheiro eram provenientes de negócios da loja Stock Cel, em que trabalha (seq. 1.5).

Dessa forma, tenho que os indícios de autoria são suficientes, sendo certo que, nesta fase, para fins de decretação da prisão preventiva, vigora o entendimento do in dubio pro societate, de modo que, qualquer

dúvida, se existente, deve ser interpretada em favor da sociedade. Nesse sentido:

[...]

O crime em comento, previsto no artigo 33, caput, da Lei 11.343/2006, tem pena máxima muito superior a 04 (quatro) anos, o que autoriza a decretação da prisão preventiva, nos termos do artigo 313, inciso I, do Código de Processo Penal.

Também estão presentes os fundamentos da prisão preventiva, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, em especial, a garantia da ordem pública.

Após a abordagem policial, foram realizadas diligências pelos investigadores de polícia na residência do autuado, com o intuito de apurar a licitude da origem do dinheiro encontrado, os quais constataram que, de fato, na residência havia grande quantidade de dinheiro em espécie e cheques, além das drogas apreendidas, indicativo de que a conduta se amoldaria, em tese, no tipo penal ora elencado.

Tais evidências são suficientes para indicar que os entorpecentes apreendidos não eram destinados ao consumo do autuado, mas à comercialização.

É de se ressaltar que o tráfico de drogas é, inegavelmente, o mote da grande maioria dos crimes perpetrados atualmente na Comarca de Umuarama/PR, bem como em demais cidades do Estado, sendo, portanto, medida necessária, adequada e recomendada, para o caso concreto, a prisão cautelar, para acautelamento da ordem pública, visando, assim, a se evitar a reiteração delitiva por parte do réu e, também, a redução da ocorrência de crimes patrimoniais, tendo em vista que, grande parte das vezes, pequenos furtos são praticados por usuários para pagamento de dívidas de drogas.

Por fim, concluo que a decretação da prisão preventiva do flagrado com base na ordem pública se justifica, em especial, para evitar a reiteração das práticas criminosas, contanto que lastreado em elementos concretos expostos fundamentadamente no decreto de custódia cautelar e, igualmente, para assegurar a credibilidade das instituições públicas, no sentido da adoção tempestiva de medidas adequadas.

Nessa perspectiva é que a prisão se faz necessária, para afastar o suposto autor do delito do convívio social, em razão da tamanha gravidade do delito por ele, em tese, perpetrado, e da periculosidade demonstrada, o que gera uma intranquilidade na sociedade local, conforme já devidamente fundamentado, visando, ainda, a evitar a prática de novas infrações penais."

O Tribunal de origem, por sua vez, consignou o que segue (fl. 79):

"[...] as circunstâncias que envolveram a prisão do paciente demonstram a necessidade imperiosa da ultima ratio, inexistindo a ilegalidade sustentada, por evidenciar, em especial, que a qualidade de uma das drogas apreendidas e o modo de seu acondicionamento – 17g de cocaína, divididos em 17 embalagens de plástico – além do volume de

dinheiro encontrado no local - R\$ 18.750,00 em dinheiro e três cheques que, somados, resultaram no valor de R\$ 7.950,00 (sete mil, novecentos e cinquenta reais) - são fatores reveladores de sua periculosidade social, indicando o desenvolvimento de um pujante comércio ilícito."

Na espécie, como se vê da decisão acima transcrita, a Magistrada de piso decretou a prisão preventiva calcada em fundamentação genérica, pois não apontou elementos concretos extraídos dos autos que justificassem a necessidade da custódia, a qual está amparada tão somente na gravidade abstrata do delito de tráfico de drogas.

A prisão preventiva, para ser legítima à luz da sistemática constitucional, exige que o magistrado, sempre mediante fundamentos concretos extraídos de elementos constantes dos autos (arts. 5.º, LXI, LXV e LXVI, e 93, inciso IX, da Constituição da República), demonstre a existência de prova da materialidade do crime e de indícios suficientes de autoria delitiva (*fumus comissi delicti*), bem como o preenchimento de ao menos um dos requisitos autorizativos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, no sentido de que o réu, solto, irá perturbar ou colocar em perigo (*periculum libertatis*) a ordem pública, a ordem econômica, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal.

Além disso, de acordo com a microrreforma processual procedida pela Lei n.º 12.403/2011 e com os princípios da excepcionalidade (art. 282, § 4.º, parte final, e § 6.º, do CPP), provisionalidade (art. 316 do CPP) e proporcionalidade (arts. 282, incisos I e II, e 310, inciso II, parte final, do CPP), a prisão preventiva há de ser medida necessária e adequada aos propósitos cautelares a que serve, não devendo ser decretada ou mantida caso intervenções estatais menos invasivas à liberdade individual, enumeradas no art. 319 do CPP, mostrem-se, por si sós, suficientes ao acautelamento do processo e/ou da sociedade.

No que diz respeito especificamente ao tráfico de drogas, não obstante seja legítima, em termos de política criminal, a preocupação com o seu alastramento na sociedade, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça orienta-se no sentido de que **fundamentos vagos**, aproveitáveis em qualquer outro processo, como o de que se trata de delito ligado à desestabilização de relações familiares ou o de que se trata de crime que causa temor, insegurança e repúdio social, não são idôneos para justificar a decretação de prisão preventiva, porque **nada dizem acerca da real periculosidade do agente**, que só pode ser decifrada à luz de elementos concretos constantes dos autos.

Ante o exposto, DEFIRO o pedido liminar para determinar, até o julgamento final do *writ*, a soltura do Paciente, se por outro motivo não estiver preso, sem prejuízo da imposição das medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal pelo Juízo processante; ou da decretação de nova prisão preventiva, em caso de fato novo a demonstrar a necessidade da medida.

Oficie-se, com urgência, ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná e ao Juízo de primeira instância, encaminhando-lhes cópias da presente decisão.

Requisitem-se as informações do Juízo de primeira instância e do Tribunal de origem, mormente sobre o andamento do feito, nas quais deverão constar a respectiva senha ou chave de acesso para consulta ao andamento processual, caso a página eletrônica da Corte requeira a sua utilização.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de fevereiro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ

Relatora